GOVERNO DO ESPAÇO E ARQUITECTURA DA COMPANHIA DE JESUS NO ESPÍRITO SANTO (SÉCULOS XVI-XVIII). O CASO DE RERITIBA*

CLÁUDIA GOMES DUARTE**
CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA***

Resumo: *O presente artigo tem por objecto os assentamentos jesuítas implantados na antiga capitania do Espírito Santo, Brasil, propondo-se demonstrar a estrutura, organização e hierarquia do sistema territorial implementado pela Companhia de Jesus. A investigação, aqui exposta de modo breve, enquadra-se na tese de doutoramento em curso na FAUP.*

Organizado em duas partes, a primeira, procura compreender as bases, formação e hesitações na imposição e construção de um sistema, com maior foco na segunda metade do século XVI, numa perspectiva de apropriação de certos aspectos das estruturas indígenas existentes, para sobre elas, mas também com elas, se concretizar a missão jesuíta no Brasil, isto é, a evangelização das populações indígenas e a ocupação, proveito e governo do espaço.

A segunda parte, a partir de um dos casos em estudo, Reritiba, tenta demonstrar em concreto o modo como se organizava e como evoluiu no tempo um assentamento jesuíta, tanto à escala da povoação como da capitania. Pela análise da evolução ocorrida ao longo dos séculos em cada um dos casos em estudo, será possível compreender melhor a inserção, ligações territoriais, subordinações e transformações introduzidas no sistema hierarquizado da rede de assentamentos jesuítas da antiga capitania do Espírito Santo.

A par de fontes documentais, nomeadamente correspondência epistolar, e no âmbito de uma investigação em arquitectura e território, os desenhos e imagens recolhidos, trabalhados e produzidos, constituem-se quer como recurso de comunicação, quer enquanto instrumento e processo de investigação, interacção e interpretação.

Palavras-chave: *Brasil; Jesuítas; Território; Sistema.*

Abstract: *This article deals with the Jesuit settlements established in the former captaincy of Espírito Santo, Brazil, aiming to demonstrate the structure, organization, and hierarchy of the territorial system implemented by the Society of Jesus. The research, briefly outlined here, is part of the doctoral thesis underway at the* Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

The first part seeks to understand the bases, formation, and hesitations in the imposition and construction of a system, from where the greater focus in the second half of century XVI, with a view to the appropriation of certain aspects of existing indigenous structures, for them, but also with them, to realize the Jesuit mission in Brazil, ie the evangelization of indigenous populations and the occupation, profit, and governance of space.

The second part, from one of the cases under study, Reritiba, tries to demonstrate concretely how it was organized, but above all how a Jesuit settlement evolved over time, both on a village scale and the scale of the captaincy. It is by analyzing the evolution of the seven cases under study over the centuries

---

* Por decisão pessoal, as autoras não escrevem segundo o Acordo Ortográfico de 1990.

** Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Email: arq.claudiaduarte@gmail.com.

*** Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo/Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Email: carla.garrido@arq.up.pt.

that it will be possible to better understand the insertion, territorial link, subordination and transformation introduced in the hierarchical system of the network of Jesuit settlements of the old captaincy of the Espírito Santo.

In addition to documentary sources, namely epistolary correspondence, and in the context of an investigation in architecture and territory, the drawings and images collected, worked and produced constitute either as a communication resource or as an instrument and process of investigation, interaction and interpretation.

Keywords: *Brazil; Jesuits; Territory; System.*

Na primeira parte do artigo — *Antecedentes indígenas e reorganização jesuíta de um sistema territorial* — percorrem-se quatro momentos: 1) breve nota acerca da chegada dos Jesuítas à capitania, primeiro tipo de assentamento estabelecido e missão a que dão início; 2) aproximação possível à organização e formas de habitar das povoações indígenas, do território à casa; 3) constituição de povoações jesuítas; e, em síntese, 4) uma exposição sistematizada da organização, evolução e hierarquia do sistema territorial jesuíta.

A segunda parte — *O caso de Reritiba* — percorre três momentos: 1) movimentações do período indígena; 2) primeiras ocupações e intervenção jesuíta, relevando a orografia de Reritiba na eleição de um sítio para o assentamento e fixação dos missionários, e contributo estratégico da arquitectura na formação do sistema territorial; 3) aproximação à evolução do lugar desde o período jesuíta até à actualidade, procurando perspectivar o seu legado patrimonial, material e imaterial.

1. ANTECEDENTES INDÍGENAS E REORGANIZAÇÃO JESUÍTA DE UM SISTEMA TERRITORIAL

1.1. Chegada, primeiros assentamentos e missão

Chegados ao Brasil, no propósito de firmar contacto com os portugueses e seus escravos, mas sobretudo com as populações indígenas, os Jesuítas acompanham igualmente a ocupação do litoral, estabelecendo-se entre o Rio Grande do Norte e São Vicente. A província dividia-se então em oito capitanias, com sede do Governo-Geral na Bahia, local onde os Jesuítas se estabelecem primeiro, seguindo depois para as do Sul e finalmente para as do Norte.

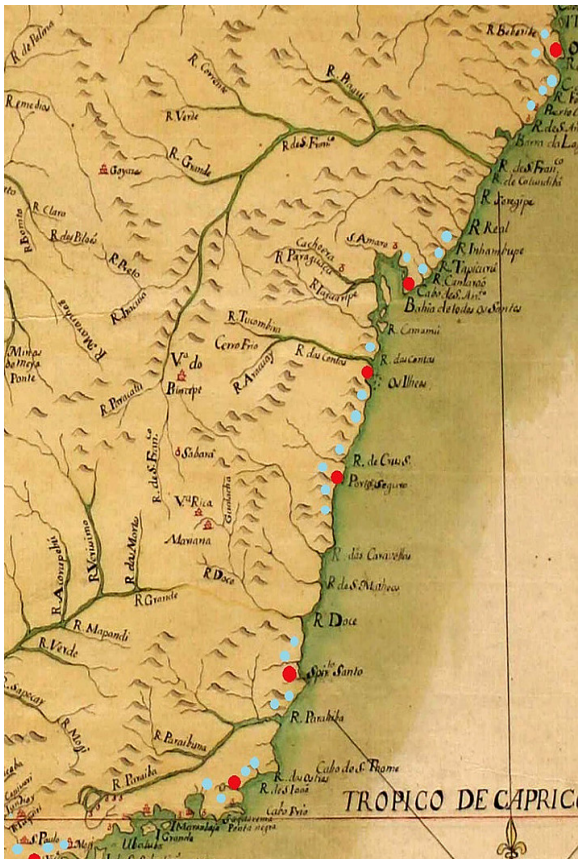


Fig. 1. *Mapa de los confines del Brazil*, [s.d.].
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte
Legenda: • Colégios • Aldeias jesuítas

[H]*averia estalagens de cristãos por toda a costa, assim para os caminhantes da terra como para os do mar. Este parece tão bem o melhor meio para se a terra povoar*[1].

Em año de 1549 fui embiado […] *a estas partes com mis cinco compañeros,* […] *para aver colégios de nustra Compañia, o recogimiento para hijos de los gentiles, que yo pidiesse tierras al Governador y escogiesse sítios*[2].

E em quanto nas dittas povoações estiverem, os dittos Religiosos da Companhia os terão [aos índios] *a seu cargo assi no que convem ao espiritual da Doutrina Christã, como para que quando forem necessários para meu serviço* [Rei] *os apresentem ao Governador, ou Capitão geral*[3].

[1] LEITE, S. J., *ed.*, 1940b [1558]: 78.
[2] NÓBREGA, Padre Manuel da (1561) — [Carta] 1561 Jun. 12, São Vicente [a] Padre Geral Diego Lagnes, Roma. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 15.
[3] BNP — *Decreto de Sua Magestade* […]. Pombalina 474.

«El rei nosso senhor escreveu ao governador que lhe escrevesse se já havia padres em todas [as capitanias] as quais, sem faltar nenhuma, temos visitadas, e em todas estão padres»[4]. No sentido desta recomendação, o padre José de Anchieta informa acerca do Espírito Santo: «[h]á ao longo da costa, oito léguas para o Sul e outras oito para o Norte, quatro ou cinco aldeias de Indios que os nossos visitam por mar e às vezes por terra onde há conversão»[5].

«[P]ara que ficasse fundamento da Companhia [e os Jesuítas fossem] ganhando terra adiante»[6], os colégios foram os seus primeiros assentamentos. Enquanto na Europa eram implantados nas principais cidades, no Brasil, à semelhança e de acordo com a vontade de D. João III, foram-no na principal vila portuguesa de cada capitania. A partir desse colégio — mesmo quando ainda eram uma edificação elementar — saíam os missionários em visita às povoações indígenas situadas na proximidade, dando assim início ao processo de evangelização.

O modelo de habitar indígena apresentava, contudo, grande dificuldade para o processo de evangelização: não era fixo, durando apenas o tempo dos materiais das construções, findo o qual a povoação se estabelecia noutros locais, dividindo-se a tribo: «lo peor e[ra] que no se muda[vam] juntos sino espargidos»[7]. Este carácter de assentamento móvel será provavelmente o principal motivo que leva os missionários a estabelecer as suas próprias povoações fixas: uma aldeia-cabeça em torno da qual gravitavam aldeias de índios cristãos. Promoviam assim a fixação duradoura das populações indígenas em assentamentos jesuítas, no sentido de as evangelizar, mas também de reorganizar, explorar e gerir os seus territórios de domínio.

1.2. Organização e formas de habitar das povoações indígenas

O nomadismo era uma das características identitárias dos indígenas, ainda que em diferentes graus entre tribos, «de acordo com a pauta da natureza local, da qual dependia para obtenção de alimentos»[8]. No Brasil do século XVI as diversas tribos apresentavam assim um modo muito próprio de habitar e organizar o espaço. Fixavam-se no território de modo temporário, mudando a povoação de sítio a cada três ou quatro anos — o tempo de duração dos materiais das construções e o esgotar de recursos naturais. Organizados segundo uma economia de subsistência, não lhes interessaria o estabelecimento fixo. É provável que a incapacidade de realizarem determinadas tarefas associadas à vida sedentária os tenha conduzido a essa constante mobilidade.

---

[4] NÓBREGA, 1886a [1551]: 84.
[5] ANCHIETA, S. J., 1988 [1580]: 327.
[6] NÓBREGA, 1886b [1552]: 97.
[7] GRA, Padre Luis da (1556) — [Carta] 1556 Jan. 8, Piratininga, San Vicente [a] muy Reverendo en Christo el Padre Nuestro Ignacio General de la Companhia de Jesu. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.
[8] CUNHA, 2015: 254.

Fig. 2. Organização e formas de habitar das povoações indígenas, do território aos assentamentos
Fonte: STADEN, 1930 [1557]

> *Sua morada he commummente, como de gente isenta de leis, de jurisdícção, de republica, por onde quer que melhor lhes parece; huns pelos montes, outros pelos campos, outros pelas brenhas;* […] *ora em huma, ora em outra parte, segundo os tempos do anno, e as occasiôes de suas comedias, caças, e pescas; sem pátria certa*[9].

> [S]*on tán costumbrados a se mudar como sus casas son viejas, que cada tres o quatro años que ellas duran se mudan, y lo que es peor no van juntos, y por esta causa se pierde em mui poco tiempo quanto con ellos se trabaja em muchos años*[10].

Seguindo este princípio de mobilidade territorial, as *tabas* (aldeias) das tribos que habitavam o litoral apresentavam semelhanças entre si, observando-se, contudo, diferenças relativamente às *tabas* das tribos que habitavam o sertão. Referimos concretamente as tribos que viviam no litoral em povoações, como os Tupiniquim e os Tupinambá, maioritárias, e não as tribos minoritárias como os Aimorés, que «não viviam nem em tabas, nem em ocas»[11]. A diferença substancial residiria quer na forma dos abrigos quer no facto de as *tabas* do litoral apresentarem *ywara* (cerca), enquanto as do sertão as dispensariam. Cada tribo apresentava ainda diferenças quanto ao número e disposição geométrica das *ocas* (casas), variando a presença e clareza de uma organização em torno da *ocára* (terreiro); mesmo no caso de tribos inimigas como as Tupiniquim e Tupinambá, podiam assemelhar-se. As tribos indígenas seguiriam assim lógicas organizacionais de estrutura e forma comunitárias distribuídas no território, desenho e significação espaciais.

---

[9] VASCONCELOS, S. J., 1865 [1662]: LXXVI.
[10] LEITE, S. J., *ed.*, 1957 [1557]: 360-361.
[11] SOUSA, 1875 [1587]: 47-48.

No litoral como no sertão todas as tribos seguiriam os mesmos critérios basilares na localização dos assentamentos: «junto aos cursos de água»[12], fossem rios ou o mar, tanto para deslocações como enquanto fonte de água potável, e em sítios altos ou morros, embora por vezes um desacerto na escolha ditasse uma mudança antecipada. A ligação entre várias *tabas*, possivelmente núcleos de uma mesma povoação, compunha um sistema assente quer em caminhos terrestres quer em ligações fluviais ou marítimas. Estes conjuntos ou agregação de *tabas*, formando uma ou várias povoações, pontuavam um vasto território de domínio pertencente a uma determinada tribo, em faixas quer ao longo da costa quer no sentido do sertão, podendo mesmo compreender a extensão litorânea de toda uma capitania ou parte dela[13].

Cada uma das várias *tabas* que em conjunto comporiam uma povoação dos Tupiniquim ou dos Tupinambá, dominantes no litoral, possuía uma ou duas *ywaras* com aproximadamente «braça e meia de altura»[14]. É possível que as *tabas* já tivessem *ywara*(s) mesmo antes da chegada dos europeus: como o relato de cativeiro e gravuras de Hans Staden parecem demonstrar, mesmo na sua fixação temporária tinham necessidades defensivas, tanto face a tribos inimigas como a animais ferozes. Com a ocupação europeia, a presença de *ywara* adquire premência defensiva, sobretudo no litoral; nesta função, delimitava e determinava, significando o lugar da *taba*.

Se por vezes apresentavam uma disposição menos articulada, atendemos com maior interesse às *tabas* em que as *ocas* se distribuíam de modo a conformar um espaço central comunitário: a *ocára*. A dimensão das *tabas* era variável, dependendo tanto da dimensão como do número de *ocas*, podendo variar entre três, «quatro e as sete»[15], determinando assim um terreiro, variando entre um quadrado e um heptágono, numa certa equidade formal em torno de um espaço estável e agregador.

As *ocas*, de secção constante, possuíam «geralmente três portas, uma em cada extremidade e outra no centro, [tão baixas, que era] necessário curvar-se para sair e entrar»[16]. Cada casal tinha uma área determinada, contudo sem quaisquer divisórias, destinando-se o espaço central de uma das *ocas* ao chefe da *taba*.

[12] SOUSA, 1875 [1587]: 285.
[13] SOUSA, 1875 [1587]: 59-67.
[14] STADEN, 1930 [1557]: 64.
[15] STADEN, 1930 [1557]: 80-83.
[16] STADEN, 1930 [1557]: 134-137.

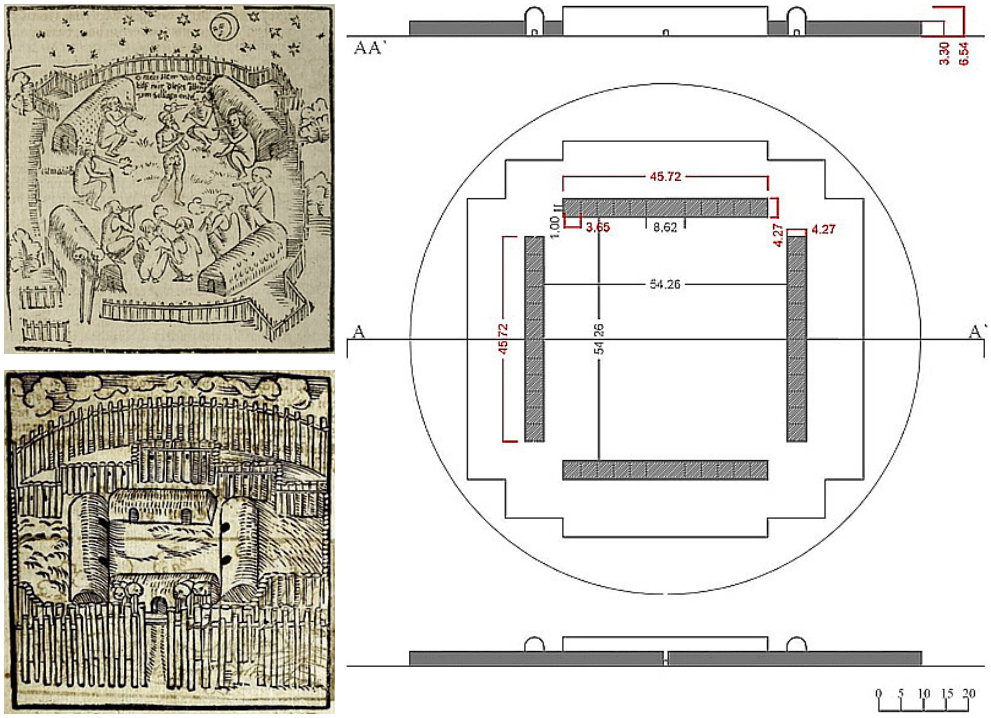


Fig. 3. Unidades de habitar indígenas: *taba* (aldeia), *ywara* (cerca), *oca* (casa), *ocára* (terreiro)
Fonte: STADEN, 1930 [1557]; CUNHA, 2015: 241. Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

> *Os abrigos de huns, são humas pequenas choupanas, armadas á mão em quatro páos, cobertas de palha, ou palma, como aquellas que hoje servem, e á manhãa se queimão. Outros que tem mais semelhança de communidade humana, formão cabanas, ou barracas compridas, desde o principio até o cabo, sem repartimento algum: entremeio alojão dentro vinte, até trinta casaes: d'estes cada qual se arrancha de hum esteio até outro com seu c*[h]*ão, e fogo, que sempre tem comsigo; e aqui vivem juntos todos*[17].

1.3. Constituição de povoações jesuítas

Estabelecidos na vila portuguesa de cada capitania, principiando por visitar as povoações indígenas — primeiro no litoral, depois no sertão —, os Jesuítas constatam a já referida relocalização periódica, incluindo a subdivisão do grupo habitante. É possível que desta dificuldade tenha surgido a ideia de reorganizar algumas das povoações indígenas, humana e materialmente, transformando-as em povoações jesuítas, numa estratégia que

[17] VASCONCELOS, S. J., 1865 [1662]: LXXVI.

tirava partido de uma organização e de um sistema territorial já existentes, introduzindo, contudo, outra noção de hierarquia, subordinação e proveito.

O primeiro acto de ocupação consistiria na simples visita e imposição simbólica de uma cruz. Ajustando os parcos meios de que dispunham às condições de cada situação, os Jesuítas implementam três variantes no processo de ocupação, estabelecendo-se: [i] numa das *tabas* da povoação indígena; [ii] a seu lado; ou [iii] transferindo povoações, inclusive de diferentes tribos, para um local por eles determinado, fundando assim uma aldeia jesuíta de raiz.

No primeiro caso, elegendo uma das *tabas* entre as várias que compunham a povoação indígena, nela concentravam a população dessas outras «quatro, ou mais»[18] *tabas*, formando uma só aldeia jesuíta; aqui residiriam, constituindo cabeça de uma povoação que subordinaria ainda outros assentamentos de visita mais afastados. O segundo caso, similar, diferia apenas no facto de a aldeia-cabeça jesuíta ser *ex-novo*. O terceiro consistia na transferência de povoações indígenas para um local que fosse mais conveniente aos interesses dos missionários. Entre as várias aldeias de visita, estabeleciam a aldeia-cabeça da povoação jesuíta; se numa povoação indígena habitava apenas uma tribo, a Companhia promovia a coexistência de várias — com proveito evangelizador, quebrando e confrontando elos entre tribos.

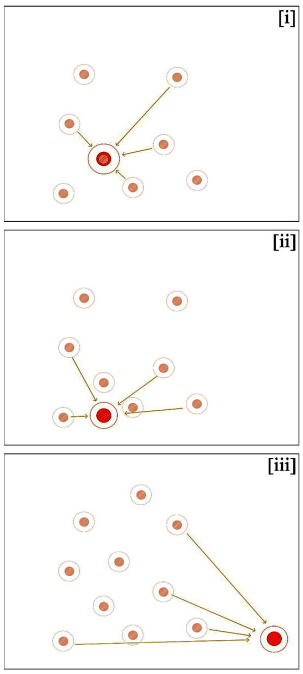


Fig. 4. Diagrama das três variantes do processo de ocupação jesuíta sobre as povoações indígenas: [i] estabelecendo-se «sobre» uma das *tabas* (aldeias) da povoação indígena; [ii] estabelecendo-se a seu lado, juntando quatro, cinco ou mais *tabas* (aldeias) para formar uma só de grande dimensão; ou, [iii] transferindo quatro, cinco ou mais *tabas* (aldeias) indígenas, que previamente juntavam, num local por eles determinado, fundando assim uma aldeia missionária de raiz. Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

[18] NÓBREGA, 1988c [1559]: 204-205.

> *O Padre Pero da Costa e o Irmão João Lobato sabem a língua da terra e têm cuidado de visitar as Aldeias que estão a nosso cargo, onde haverá alguns quinhentos cristãos, que não conhecem outros vigários senão os da Companhia,* […]*, voltando sempre a casa de dois ou de três em três dias, e, quando há nas ditas Aldeias necessidade, de oito em oito dias*[19].

Estabelecida a povoação jesuíta e a partir da aldeia-cabeça, os missionários prosseguiam com a missão, visitando *tabas* e povoações indígenas no propósito de resgatar outras tribos gentias. Assim, uma povoação jesuíta, além das aldeias cristãs que gravitavam em torno, poderia deter outras, geograficamente mais distantes[20]. Apenas na aldeia-cabeça de uma povoação existiria o conjunto arquitectónico jesuíta; nas demais aldeias de índios cristãos, e excepcionalmente em algumas delas, haveria uma construção precária, funcionando como ermida e residência onde, devido às longas distâncias, os missionários pernoitavam nas suas visitas regulares[21].

Nesta estratégia, os Jesuítas não só transformam as povoações indígenas em povoações cristãs, cumprindo a sua missão, como impõem um modelo de ocupar o território: organizado num sistema hierarquizado, entre concentrado e disperso, e sedentarizado; adquirem sobretudo legitimidade de proveito e governo das suas vastas áreas de domínio territorial.

Na implantação das povoações os Jesuítas considerariam quatro factores: [i] sendo as comunicações sobretudo marítimas, existência de baía ou enseada servindo de bom porto, mas simultaneamente defendida, precavendo ataques indígenas ou corsários; [ii] existência de uma foz, estabelecendo ligações ao interior do território; [iii] bons ares, que os morros proporcionavam, bem como água potável (rio, ribeiro ou poço); e [iv] terrenos próximos susceptíveis de cultivo[22].

Se muitos destes factores eram considerados pelas populações indígenas antes da chegada dos Jesuítas, é a noção de hierarquia e proveito económico, para além da subsistência, que diferencia ambos os sistemas — a uma perspectiva indígena, quotidiana e homogénea, os Jesuítas impõem fixação e diferenciação, numa outra visão temporal e material.

Nas visitas regulares às aldeias que compunham a povoação, os Jesuítas deslocavam-se por terra; igualmente entre povoações em percurso junto à costa, se próximas, como ocorria por exemplo entre Guarapari e Reritiba; se distantes, optavam pelo mar.

---

[19] LEITE, S. J., *ed.,* 1961 [1571]: 4.
[20] NÓBREGA, Padre Manuel da (1553) — [Carta] 1553, Sertão de San Vicente. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.
[21] LEITE, S. J., *ed.*, 1958 [1561]: 367-382.
[22] LEITE, S. J., *ed.*, 1958 [1561]: 367-382.

«[A] mantença da casa é o trabalho de Índios»[23]. Como garante de sustento próprio, e progressivamente contributo para o sistema, cada aldeia que compunha a povoação tinha as suas terras de produção, com roças, de cultivo, e currais, para criação de animais. Algumas teriam pertencido aos domínios dos índios aldeados, assim tomadas pelos Jesuítas, enquanto outras eram doadas pelo governador ou particulares. A produção era determinada pelo padre visitador, sendo as roças «visitadas a cada semana [pelos missionários, também ensinando a doutrina aos índios; os currais eram-no] pelo menos cada mês»[24].

A meados do século XVII, como que em processo de concessão parcial aos índios daquilo que inicialmente deles fora, é determinado que, aqueles que aldeados, pudessem «livremente servir e trabalhar com quem bem lhes estivesse, e melhor lhes pagasse seu trabalho; [àqueles que descessem do Sertão], o governador [assinalaria] lugares convenientes pera nelles lavrarem, e cultivarem»[25]. Em 1660, o Padre António Vieira redige o *Regulamento das Aldeias*, com o propósito de incentivar os índios a produzir excedentes, nas roças e currais, que pudessem ser comercializados pelos Jesuítas no colégio.

A aldeia-cabeça da povoação era formal e hierarquicamente organizada a partir da igreja, com a residência anexa, ambas presidindo um amplo espaço aberto, terreiro agregador das habitações dos indígenas.

Porém, o que primeiro construíam era um abrigo rudimentar em taipa-de-mão e palha que funcionava como ermida, residência e escola de doutrinação e ensino elementar[26]. Posteriormente esse abrigo era substituído pela igreja construída em taipa-de-pilão, a que sucederia a igreja definitiva, de pedra e cal[27]. Enquanto não davam início ao edifício da residência, acrescentavam à igreja «algunos aposentos para estar mejor acomodados»[28], anexos à capela-mor, onde residiam os Jesuítas, passando a funcionar como sacristia aquando da construção da residência.

Similar a um convento ou ao colégio na sede da capitania, mesmo que mais elementar, a residência era composta por três alas, formando com a igreja uma construção em quadra. A cada piso e a cada ala correspondia um uso específico: no sobrado, os cubículos e a escola de ensino elementar; no piso térreo, as oficinas e a cantina[29]. Face a esta organização de três alas em torno de um pátio-claustro, observa-se também a construção de apenas uma ala, de maior largura.

---

[23] NÓBREGA, 1988c [1559]: 191-218.
[24] *O que pareceo ao Padre Visitador Christovão de Gouvea* […], [1589]. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 2.
[25] *Ley de dez de Novembro de mil seiscentos quarenta e sete* […]. Acessível em BNP, Lisboa, Portugal.
[26] NÓBREGA, Padre Manoel da (1552) — [Carta] 1552 Jul., Baía [a] Padre Simão Rodrigues, Lisboa. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.
[27] NÓBREGA, 1988a [1552]: 137.
[28] CARTA NÃO ASSINADA (1562). Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália, Brasiliae 12.
[29] Sobre este assunto veja-se, MARTINS, 1994.

Nas oficinas os Jesuítas instruíam os índios nas pequenas indústrias artesanais formando pedreiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros, …mão-de-obra especializada fundamental para a edificação e manutenção dos assentamentos, que circulava dentro do próprio sistema territorial jesuíta — «destes moços, pus a aprender ofícios quatro ou cinco e isto se há-de fazer com outros»[30]. Esta mão-de-obra indígena especializada era também, pela qualidade, requerida pelo governador para serviços e obras públicas da capitania.

As habitações das populações indígenas distribuíam-se em redor do terreiro, agregador e relacional, como que reminiscente da *ocára* nas *tabas* indígenas. Ao contrário do que ocorria com as *ocas* comunitárias, vão ser individuais, compostas igualmente por apenas um piso, com materiais e sistema construtivo elementares, em «madeira e palha ou em taipa-de-mão e palha»[31], plausivelmente numa metamorfose das *barracas compridas* dos gentios, agora autonomizando o espaço de cada casal, abrindo individualmente para o terreiro.

De início cada povoação tinha um padre, superior com cerca de 40 anos, e um irmão, com metade da idade competindo-lhe aprender a língua indígena. Porém, porque alguns aderiam ao modo de vida dos índios gentios, Francisco de Borja determina a permanência de quatro missionários por povoação, dois padres e dois irmãos. Devido aos parcos recursos humanos, inviabilizando a residência permanente de quatro missionários em todos os assentamentos-cabeça, Cláudio Acquaviva determina que as povoações que não os pudessem ter, passassem a ser de visitação[32]. Emanada de Roma, a medida é refutada pelos Jesuítas no Brasil, insistindo na importância das povoações e na permanência constante de missionários, tanto para sua conservação como para conversão de gentios. Volta assim a entrar em vigor a directiva de permanência de dois missionários, um padre e um irmão — se possível, três ou quatro —, determinando ainda que visitassem «las casas de los Indios una vez en la semana, o mas si fuere necessário»[33].

Em consequência, algumas aldeias-cabeça de residência passam de permanente a pendular, isto é, de missão a visitação, como foi por exemplo o caso de Guarapari, evidência da capacidade de adaptação, ou miscigenação, entre o modelo jesuíta e o contexto.

Tendo a Companhia de Jesus estabelecido povoações ao longo de todo o litoral, não será difícil imaginar, num território tão vasto e pouco ocupado, uma costa pontuada pelos seus assentamentos e edifícios, uma imagem que, à época, traduzir-se-ia numa paisagem manifestamente jesuíta — uma paisagem onde a arquitectura da Companhia se destacava no território como verdadeira marca de ocupação, proveito e governo.

---

[30] LEITE, S. J., *ed*., 1940a [1553]: 166.
[31] NÓBREGA, 1886b [1552]: 97.
[32] AQUAVIVA, Padre General Cláudio (1598) — [Carta] 1598 Jan. 30 [a] Padre Provincial Pero Rodriguez. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 2.
[33] AQUAVIVA, Padre General Cláudio (1598) — [Carta] 1598 Jan. 30 [a] Padre Provincial Pero Rodriguez. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 2.

Assim, os assentamentos jesuítas não foram apenas núcleos de evangelização e educação de populações indígenas, centros de produção e ofícios, estiveram também eles incluídos na defesa costeira, ainda que sob o seu aspecto religioso, e, portanto, pacífico e inofensivo, constituindo efectivas fortificações, do espiritual e do temporal, desempenhando funções de defesa passiva sob uma expressão religiosa, como parece demonstrar a documentação epistolar da época.

1.4. Organização, evolução e hierarquia do sistema territorial jesuíta

Fundado o colégio na vila da capitania, os Jesuítas estabelecem povoações a Norte e a Sul com o propósito de evangelizar as populações indígenas, mas também de garantir a ocupação, proveito e governo do território ou, segundo o padre Nóbrega, de *a terra povoar*. Dependendo das directivas romanas, as aldeias-cabeça das povoações jesuítas, todas de residência, oscilavam entre a plena condição de missão ou apenas de visitação. As de missão caracterizavam-se por terem residência permanente de missionários, enquanto as de visitação, devido à insuficiência de recursos humanos na província, oscilavam entre a permanência prolongada, ou mesmo a simples pernoita por alguns dias, e certos períodos de ausência. Todas elas, além de centros de catequização e doutrinação funcionavam como escola: de ensino elementar para os índios menores e de ofícios para os índios adultos.

No Espírito Santo foram duas as aldeias de missão, Reis Magos e Reritiba, a Norte e a Sul do colégio em Victoria, aproximada e respectivamente no centro da distância compreendida entre este e os limites da capitania, nos rios Doce e Paraíba. As aldeias de visitação foram também duas, São João e Guarapari, a meia distância entre aquelas de missão e o colégio.

Em torno de todas, bem como do colégio, gravitavam as aldeias de visita, *tabas* cristianizadas ou aldeias de índios cristãos, cujas populações os Jesuítas doutrinavam e catequizavam, visitando-as frequentemente; fixas, estas aldeias subordinavam-se às aldeias-cabeça, constituindo as povoações. Em algumas existiria uma construção precária, abrigo funcionando tanto como ermida como casa; a distância entre algumas aldeias era significativa, justificando-se assim a pernoita dos missionários.

Garantia de sustento do Instituto na província, os Jesuítas iniciam a administração de fazendas e engenhos, primeiro doados, depois implementados por iniciativa própria. À semelhança das aldeias-cabeça, estas unidades produtivas vão também desempenhar função organizadora e de significação do território, bem como características «urbanas» e arquitectónicas similares — igreja, residência e terreiro, delimitado por habitações e construções de apoio à produção. Diferença substancial entre a residência das povoações face àquela das fazendas e engenhos estava no facto de as primeiras, além de habitação, albergarem também espaços de catequização e de ensino elementar.

Entre a aldeia-cabeça das povoações e o colégio circulava o material de construção e a mão-de-obra especializada formada pelos missionários, fundamental na consolidação dos conjuntos arquitectónicos dos Jesuítas bem como na sua manutenção. A produção proveniente sobretudo das fazendas e engenhos era enviada ao colégio, por via terrestre, fluvial ou marítima, a partir do qual era redistribuída, por determinação dos superiores de acordo com as necessidades, pelas aldeias-cabeça das quatro povoações — Reis Magos, Reritiba, São João e Guarapari —, ou mesmo comercializando o excedente.

Estas frequentes deslocações entre *estalagens jesuítas por toda a costa* foram assim inscrevendo no território uma rede de ligações materiais e imateriais — *caminhos da terra como do mar, povoando a terra*. As primeiras ligações, surgidas da necessidade de assegurar a evangelização das populações indígenas, acabaram assim reforçadas por um sistema económico-administrativo que visava garantir o auto-sustento jesuíta na província. Com assentamentos hierarquizados e estrategicamente implantados ao longo do Espírito Santo, ligados por rotas terrestres e trajectos marítimos e fluviais, os missionários ao serviço da Igreja e da Coroa, com as populações indígenas a seu serviço, garantiam uma significativa área de acção territorial, construindo e contribuindo para uma matriz de povoamento — organização, proveito e governo do espaço.

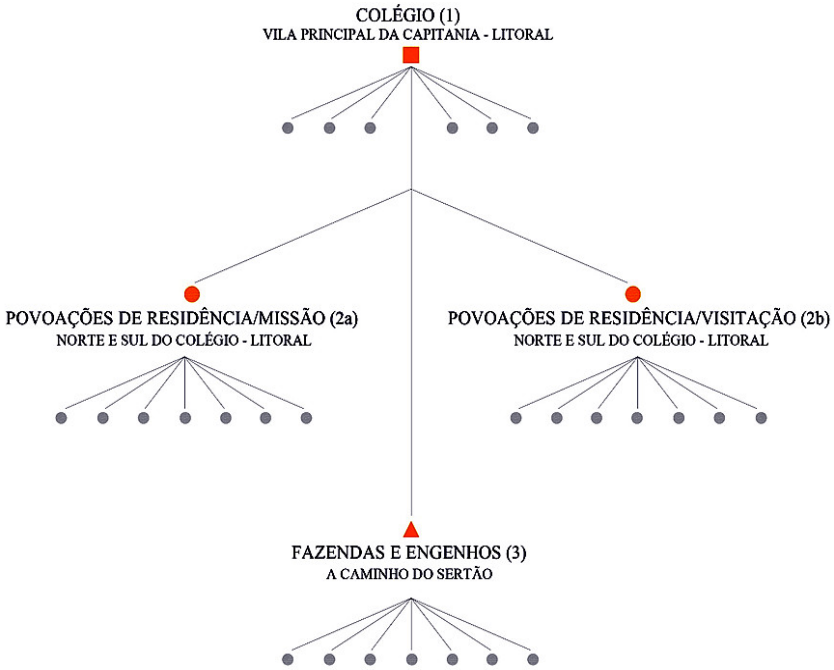


Fig. 5. Diagrama esquemático do sistema territorial jesuíta, capitania do Espírito Santo, XVI-XVII
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

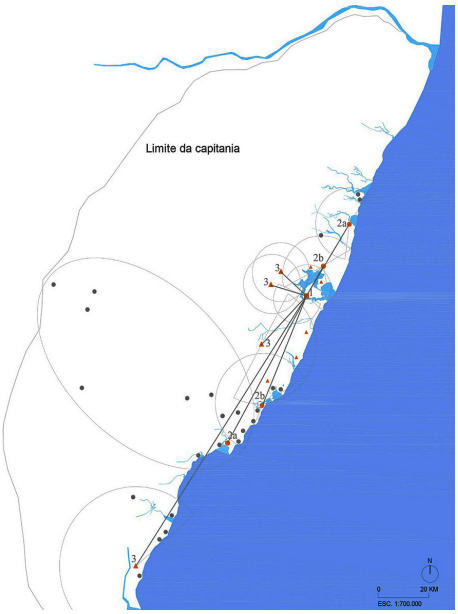


Fig. 6. Diagrama representativo do sistema territorial jesuíta, capitania do Espírito Santo, XVI-XVII
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019
Legenda: ■ Colégio (1) ▲ Aldeias de residência: missão (2a) e visitação (2b) • Fazendas e engenhos (3)
• Aldeias de visita

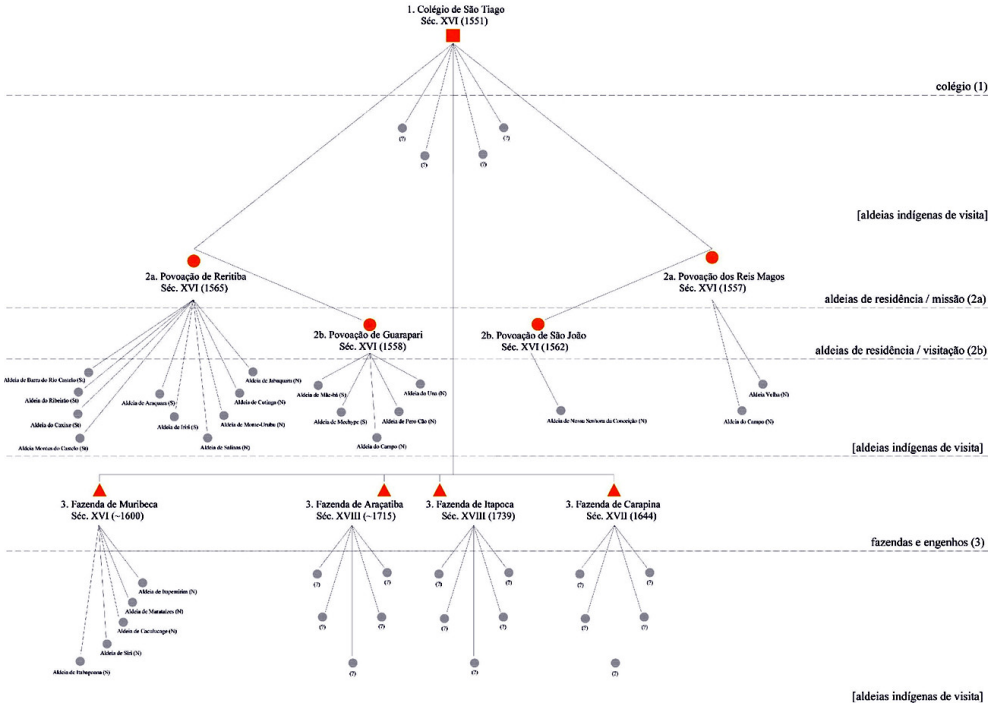


Fig. 7. Diagrama do sistema territorial jesuíta, capitania do Espírito Santo, XVI-XVII
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

2. O CASO DE RERITIBA

2.1. Movimentações do período indígena (século XVI)

No morro junto à foz do rio Reritiba (actual Benevente) fundam os Tupiniquins a sua povoação.

2.2. Período jesuíta: implantação e construção do lugar (1585-1679)

A foz do rio Reritiba abre em grande baía; a Norte da foz o território é modelado por dois morros, estabelecendo, os missionários, no mais alto e próximo à foz, a aldeia--cabeça da povoação; sensivelmente no topo Noroeste «da montanha, defronte do Rio Reritiba»[34] implantam o conjunto arquitectónico — igreja e residência — voltadas a Sudeste, presidindo um terreiro.

José Carvalho, citando o padre Manuel Pires aponta como data de fundação da aldeia o dia «14 de Agosto de 1579, dia de Nossa Senhora da Assunção»[35]. No entanto, acrescenta, que apesar de ser «quase impossível determinar uma data certa para a fundação da aldeia [certo] é que o local é o mesmo onde se ergue hoje a igreja»[36].

A 14 de Agosto de 1579 o padre José de Anchieta instala-se em Reritiba, numa *taba* (aldeia) indígena. Em 1581, Reritiba, era, provavelmente, uma das dez aldeias que então existiam ao longo da costa do Espírito Santo, que os missionários visitavam periodicamente[37].

Em 1585, depois de ter estado no Colégio de São Tiago, em Victoria, devido ao cargo de provincial que então exercia (1577-1587), o padre José de Anchieta regressa a Reritiba, para finalizar o conjunto arquitectónico — igreja e residência — provavelmente iniciado em 1579, ano de fundação da aldeia[38].

Em 1587, a pedido do padre visitador Cristovão de Gouveia, «três léguas [19,8 km] de terra» são doadas pelo governador — Vasco Fernandes — aos índios da povoação de Reritiba[39]. Em 1593, e ainda de acordo com o padre Simão de Vasconcelos, existiam no Espírito Santo quatro grandes aldeias — Reritiba, Guarapari, São João e Reis Magos — residindo em Reritiba «quatro jesuítas que atendiam às aldeias vizinhas»[40], os padres José de Anchieta e Brás Lourenço, e os irmãos Jerónimo Rodrigues e Diogo Fernandes. Quatro religiosos era então o número determinado e exigido por Roma, para que a aldeia fosse de residência, ou missão, isto é, aldeia-cabeça de povoação. Nesse final de Quinhentos, Reritiba era uma das maiores povoações jesuítas da costa do Espírito Santo,

[34] LEITE, S. J., 1938: I, 248.
[35] CARVALHO, 1982: 79.
[36] CARVALHO, 1982: 79.
[37] LEITE, 1938: I, 242.
[38] DAEMON, 1879: 158.
[39] VASCONCELOS, S. J., 1865 [1662]: 289.
[40] VASCONCELOS, S. J., 1865 [1662]: 308.

conforme revela a carta datada de 1589 da autoria do padre Machado Diego: «La Aldea […] en sitio llamado Eriritiba, […] conta de oitocentas y sincoenta almas […]. En ella assisten los Religiosos, que tienen a su cuenta la enseñança destos Indios admistrandoles los Sacramentos»[41].

Enquanto aldeia de residência, ou missão, competia aos missionários residentes a entrada no sertão no propósito de descer populações indígenas, de diversas tribos, para as transferir para a povoação. Nessas incursões pelo interior do território os Jesuítas faziam-se acompanhar por alguns índios residentes na povoação. Em Reritiba a determinação de entrada no sertão chega em 1600, pelo padre visitador Cristovão de Gouveia: «[Q]ue vão dous Padres dahi vinte e oito leguas [184,8 km] á petição dos indios, que queiram ser christãos: […] e descerão logo quatro ou cinco mil almas, e ficará porta aberta para descer grande multidão de gentios»[42].

Fig. 8. Representação, sobre satélite, da Aldeia de Reritiba e das aldeias de visita que gravitavam no seu entorno
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019
Legenda: — Baía e rios de penetração ao interior do território • (2b) e (2a) Aldeia-cabeça da povoação de Guarapari e Reritiba, respectivamente • Aldeias de visita das povoações de Guarapari e Reritiba — Diâmetro de 3 km que delimita a entrada, a partir do mar, da baía das aldeias de residência, ou aldeias-cabeça de povoação — Diâmetro de 3 km que delimita a entrada, a partir do mar, da baía das aldeias de visita das povoações

[41] DIEGO, Padre Machado (1589) — [Carta] 1589, Bahia [a] Roma. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-2.
[42] CARDIM, 1847 [1583-1585]: 205.

Para além disso, como aldeia de residência, a povoação deveria ter sob a sua jurisdição aldeias de visita. No caso de Reritiba foram elas as aldeias Ubu, a Norte; Iriri e Araquara a Sul; Jabaquara, Monte-Urubu, Salinas e Cutinga, ou Quatinga, a Noroeste, já em direcção ao sertão e, finalmente, Montes do Castelo; Caxixes; Ribeirão; e Barra do Rio Castelo no sertão. Serafim Leite, assinala, na órbita de Reritiba, para o ano de 1641, a aldeia de «Gurumomins [ou] Maramomins, [onde residiam os] Guarulhos, [que eram visitados] pelo Padre Francisco Gonçalves, superior do Colégio de São Tiago»[43].

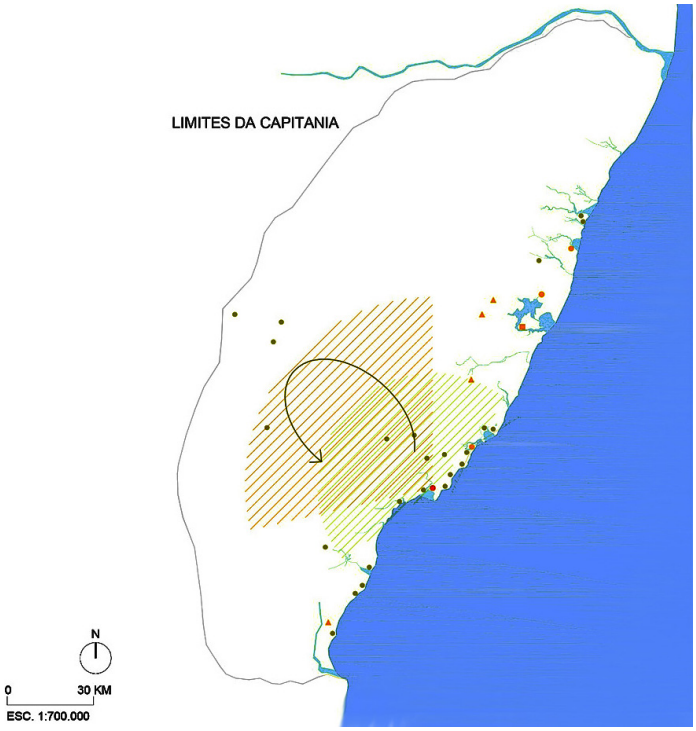


Fig. 9. Mapa da costa do Espírito Santo com indicação das aldeias de visita que com a aldeia-cabeça compunham a povoação de Reritiba e das léguas percorridas pelo interior do território para *descer* índios
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019
Legenda: — Raio representativo das 30 léguas [198 000 km] percorridas ao longo do sertão para chegar aos Goitacazes
— Raio representativo das 3 léguas [19 800 km] de terra que foram doadas aos índios de Reritiba pelo donatário

Os missionários permanecem na aldeia-cabeça da povoação até Alvará, com força de lei, datado de 1 de Janeiro de 1759, que a elevava à «cathegoria de villa, com a denominação de Benevente [ainda que o mesmo só tivesse tido execução] a 14 de Fevereiro de 1761»[44]. A 12 de Agosto de 1887, por iniciativa do bispo D. Pedro Maria de Lacerda e do imperador D. Pedro II, Vila Nova de Benavente passa a cidade, com a denominação de Anchieta.

[43] LEITE, 1943: IV, 146.
[44] VASCONCELLOS, 1858: 202.

2.3. Transformações do lugar — territoriais, urbanas, arquitectónicas

Como já observado, é apontado o ano de 1579 como o de fundação da aldeia de Reritiba enquanto residência e o ano de 1587 como o de conclusão do conjunto arquitectónico.

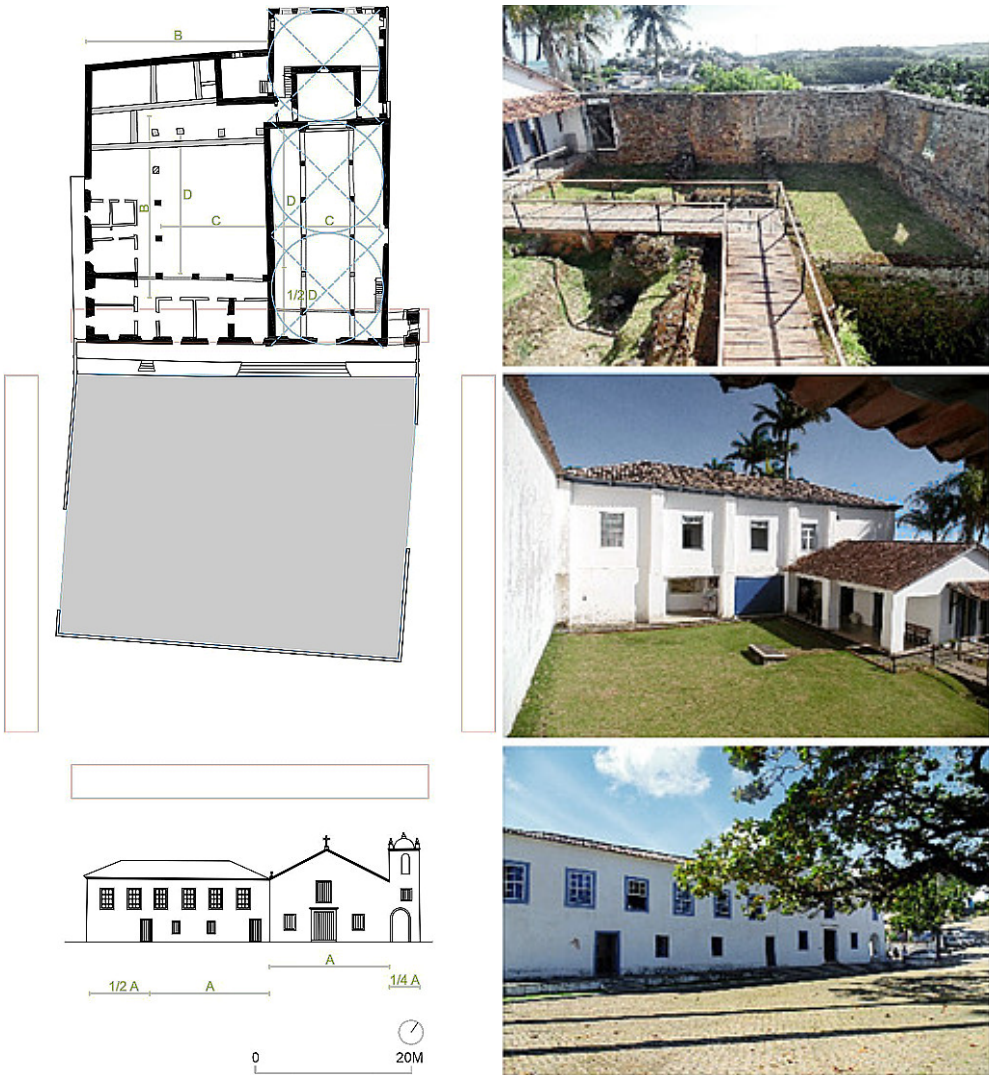
Em documentação da segunda metade de Setecentos e Oitocentos, incluindo cartográfica de 1790 e 1863, a enseada e o rio de Reritiba são descritos como *muito abrigados dos ventos da terra* e a antiga aldeia-cabeça da povoação aparece quer como Villa Nova de Benavente, quer como Villa de Benevente. Em ambas as cartografias apesar de não aparecer qualquer referência descritiva ao conjunto arquitectónico jesuíta, este é representado, sempre, como o elemento territorial principal e de maior escala, ou seja, aquele que confere a identidade ao lugar. Todos os outros elementos construídos, cuja representação é muito elementar corresponderão muito provavelmente a pequenas habitações: no caso da cartografia datada de 1790, a habitações elementares e precárias; no caso da cartografia datada de 1863, a habitações mais consolidadas, que começavam a conformar o tecido urbano.

Fronteiro ao conjunto arquitectónico existe hoje uma praça, sensivelmente quadrada, que poderá corresponder ao todo ou a parte do antigo terreiro; é possível até que os Jesuítas, aquando da fundação da aldeia-cabeça, tivessem tomado aproximadamente como referente a *ócara*, espaço central de uma *taba* indígena. É difícil precisar com rigor a configuração de tal terreiro, no entanto, na cartografia consultada — 1790 e 1863 (Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro) — observa-se que o conjunto arquitectónico jesuíta tinha fronteiro um espaço vazio e que esse correspondia ao limite do topo do morro; assim, é até possível que a extenção que compõe hoje a praça correspondesse ao antigo terreiro. Observa-se ainda a existência de pequenas habitações, em número reduzido, no sopé do morro, sobretudo, mas também, no morro fronteiro, orientadas para o estuário.

O conjunto arquitectónico jesuíta está hoje inserido em malha urbana consolidada, que, contudo, será relativamente recente, posterior a meados do século XX, conforme parece observar-se em registos fotográficos e desenhos do processo de tombamento e posterior intervenção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com efeito o desenho de André Carloni, datado de 1942, mostra o morro apenas ocupado pelo conjunto arquitectónico jesuíta. Apenas no sopé do morro, a Sul, Este e Oeste, a existência de pequenas habitações, em número reduzido.

Só não se perdeu a leitura da unidade antiga do conjunto, quer ao nível territorial, quer ao nível paisagístico, que caracterizaria Reritiba entre os séculos XVI e XX, pelo facto de este assumir ainda protagonismo sobre o morro, ocupando-o quase na sua totalidade. Permanece assim, e ainda, a força referencial e estruturante do conjunto arquitectónico jesuíta e da praça fronteira — antigo terreiro — à ilharga da Avenida Anchieta. Tais elementos, sobretudo devido à harmonia geométrica e de proporções que formam

no seu conjunto, constituíram e constituem assim, inclusive na sua transformação, uma marca legível no território e na paisagem, conferindo a Reritiba (actual Anchieta) um carácter de lugar referencial de unidade e identidade.



Legenda: — Esquema da taba (aldeia) indígena da Tribo Tupinambá, de acordo com os desenhos e medidas indicadas por Hans Staden — Praça fronteira ao conjunto arquitectónico jesuíta, cujas medidas quase correspondem à da ocára (terreiro) indígena — Espaço vazio fronteiro ao conjunto arquitectónico jesuíta e que se julga ter correspondido ao antigo terreiro jesuíta. Para o desenho do seu perímetro tomou-se como referente o que hoje existente fronteiro à igreja e cujos limites terminam onde começa o declive do morro — Actual praça fronteira ao conjunto arquitectónico jesuíta

Fig. 10. Conjunto jesuíta (esquerda), ruínas da ala Noroeste da residência (superior esq.), pátio (centro esq.) e fachada principal (inferior esq.)
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019 (desenhos) Jan. 18 (fotografias)

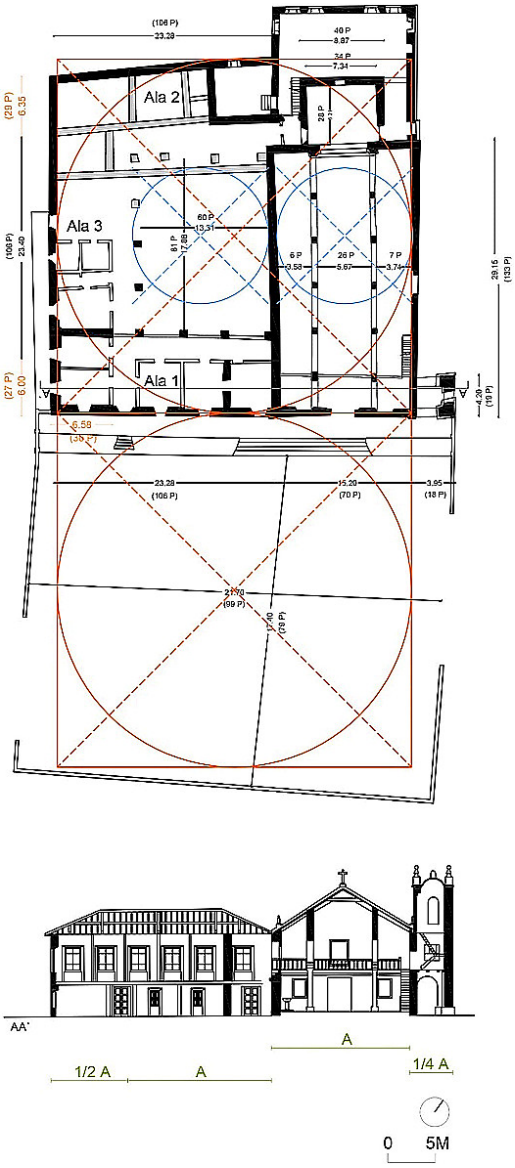


Fig. 11. O conjunto jesuíta, onde é possível verificar a correspondência entre a largura menor da nave da igreja e a largura menor do pátio, e corte do conjunto jesuíta
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma presença maior do tempo antigo — um olhar sobre a história, o passado e o património material e imaterial — não traduz uma saudade de um tempo que não foi o nosso, nem por nós vivido, antes notando a inquestionável presença e influência das povoações indígenas, primeiro, e a reorganização do povoamento implementada pelos Jesuítas, depois, para aquilo que é hoje o território brasileiro.

Determinadas em Roma, as povoações jesuítas foram o resultado da acção dos missionários no Brasil, na adequação à geografia, à paisagem e ao modo de vida das populações indígenas; não emanou do epicentro romano, mas dos próprios missionários na colónia, de onde a sua localidade e singularidade.

Roma foi reconhecendo este modo de povoar, reorganizando e reestruturando, engenho jesuíta na conversão espiritual e material como a forma missionária mais adequada à realidade indígena. Evangelização, exploração produtiva e expansão territorial, a missão jesuíta no Brasil concretiza-se na construção de um sistema de assentamentos hierarquizados e conectados tanto por terra como por rio e mar.

Certos aspectos na implantação e organização das povoações indígenas, apropriados nas povoações jesuítas, quase conduzem a considerar a imprescindibilidade das primeiras para a concretização do projecto missionário. As *tabas* indígenas, nomeadamente as *ocáras* enquanto praças da comunidade, terão servido como referência para os assentamentos jesuítas. Enveredando pela construção durável e variação de escala, conferindo hierarquia e significado a cada assentamento dentro do sistema territorial, parece evidenciar-se uma matriz comum entre as povoações indígenas e as povoações jesuítas. Apesar de por imposição, os Jesuítas operaram assim também a partir da realidade indígena, convertendo tanto no espiritual como no temporal.

FONTES

Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália

AQUAVIVA, Padre General Cláudio (1598) — [Carta] 1598 Jun. 30 [a] Padre Provincial Pero Rodriguez. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 2.

CARTA NÃO ASSINADA (1562). Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 12.

DIEGO, Padre Machado (1589) — [Carta] 1589, Bahia [a] Roma. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-2.

GRA, Padre Luis da (1556) — [Carta] 1556 Jun. 8, Piratininga desta capitania de San Vicente [a] muy Reverendo en Christo el Padre nuestro Ignacio General de la Companhia de Iesu (2.º via). Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.

NÓBREGA, Padre Manoel da (1552) — [Carta] 1552 Jul., Baía [a] Padre Simão Rodrigues, Lisboa. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.

NÓBREGA, Padre Manoel da (1553) — [Carta] 1553, do Sertão de São Vicente. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.

NÓBREGA, Padre Manoel da (1561) — [Carta] 1561 Jun. 12, São Vicente [a] Padre Geral Diego Laynes, Roma. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 15.

O QUE PARECEO AO PADRE VISITADOR CHRISTOVÃO DE GOUVEA ordenar na visita deste Collegio da Baya. 1.º de Janeiro de 1589. Veo confirmado pelo Padre Geral. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 2.

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal

DECRETO de Sua Magestade. Foy publicada na Chancellaria a ley de sua Magestade, escrita pelo escrivão Gaspar Maldonado perante os oficiais da ditta Chancelaria, Lisboa, Agosto de 1609. Acessível em BNP, Lisboa, Portugal. Pombalina 474.

LEY de dez de Novembro de mil seiscentos quarenta e sete. Collecção dos Breves Pontificios, e Leys Regias, que foraõ expedidos, e publicadas desde o anno de 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens, e commercio dos índios do Brasil. Acessível em BNP, Lisboa, Portugal.

BIBLIOGRAFIA

ANCHIETA, José de., S. J. (1988 [1580]) — *Informação do Padre José de Anchieta em 1580 acerca da capitania do Espírito Santo*. In ANCHIETA, José, S. J. — *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, p. 327.

CARDIM, Fernão (1847 [1583-1585]) — *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CARVALHO, José (1982) — *O Colégio e as Residências dos Jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

CUNHA, Maria (2015) — *Os Jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: contactos confrontos e encontro*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento.

DAEMON, Bazílio Carvalho (1879) — *Província do Espírito Santo*. Victória: Typografia do Espírito-Santense.

LEITE, Serafim, S. J. (1938-1950) — *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugália, tomos I-X.

LEITE, Serafim, S. J., *ed*. (1940a [1553]) — [Carta] *do P. Luiz da Grã a Santo Inácio, da Baía, 27 de Dezembro de 1553*. In LEITE, Serafim, S. J., *ed*. — *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo/Rio/ /Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, p. 160-170.

_____ (1940b [1558]) — *Apontamento de coisas do Brasil, da Baía, 8 de Maio de 1558 [do Padre Manoel da Nóbrega]*. In LEITE, Serafim, S. J., *ed*. — *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo/Rio/ /Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, p. 75-87.

_____ (1957 [1557]) — [Carta] *do P. Luís da Grã ao P. Inácio de Loyola, Roma. Piratininga 7 de Abril de 1557*. In LEITE, Serafim, S. J., *ed*. — *Monumenta Brasiliae II (1553-1558)*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, p. 359-363.

_____ (1958 [1561]) — [Carta] *do Ir. José de Anchieta ao P. Diego Laynes, Roma. São Vicente 30 de Julho de 1561*. In LEITE, Serafim, S. J., *ed*. — *Monumenta Brasiliae III (1558-1563)*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, p. 367-382.

_____ (1961 [1571]) — *Carta do Padre António da Rocha ao Padre Geral Francisco de Borja, do Espírito Santo (Vitória), 18 de Junho de 1571*. In *Aspectos do Brasil em 1571 uma carta inédita do Padre António da Rocha, superior do Espírito Santo*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, p. 4. Separata do vol. V das actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos.

MARTINS, Fausto Sanches (1994) — *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

NÓBREGA, Manoel da (1886a [1551]) — *Aos Padres e Irmãos (1551) [Carta do Padre Manoel da Nóbrega de Pernambuco]*. In NÓBREGA, Manoel da — *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 83-85. (Cartas Jesuíticas; I).

_____ (1886b [1552]) — *Para o Padre Provincial de Portugal (1552) [Carta do Padre Manoel da Nóbrega da Bahia]*. In NÓBREGA, Manoel da — *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 94-97. (Cartas Jesuíticas; I).

_____ (1988a [1552]) — *Ao Padre Mestre Simão (1552) [Carta do Padre Manoel da Nóbrega da Bahia]*. In NÓBREGA, Manoel da — *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, p. 137-143.

_____ (1988b [1556]) — *Para o Padre Ignacio [de Loyola] (1556) [Carta do Padre Manoel da Nóbrega de Piratininga]*. In NÓBREGA, Manoel da — *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, p. 150-155.

_____ (1988c [1559]) — *A Thome de Sousa (1559) [Carta do Padre Manoel da Nóbrega da Bahia]*. In NÓBREGA, Manoel da — *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, p. 191-218.

SOUSA, Gabriel Soares de (1875 [1587]) — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typografia Ignacio Silva.

STADEN, Hans (1930 [1557]) — *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira.

VASCONCELOS, Simão, S. J. (1865 [1662]) — *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.

VASCONCELLOS, José Marcellino (1858) — *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*. Victória: Typ. de P. D'Azeredo.